



**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ACADEMIA DE POLÍCIA**  
SECRETARIA DE CONCURSOS PÚBLICOS

CONCURSO PÚBLICO

**001. PROVA PREAMBULAR**

**DELEGADO DE POLÍCIA**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



## MÓDULO I

### DIREITO PENAL

- 01.** A função do Direito Penal é
- (A) proteger bens jurídicos relevantes para a sociedade.
  - (B) aplicar penas e medidas de segurança.
  - (C) dirimir controvérsias e pacificar a sociedade.
  - (D) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
  - (E) garantir a execução das leis.
- 02.** Projeto que deu origem ao Código Penal de 1940, conhecido pelo nome de seu elaborador:
- (A) Galdino Siqueira.
  - (B) Euzébio Gómez.
  - (C) Alcântara Machado.
  - (D) Sá Pereira.
  - (E) Alfredo Buzaid.
- 03.** Indivíduo está sendo processado, ainda em fase de instrução em primeiro grau. Nesse momento, nova lei é publicada e entra em vigor, estabelecendo novas regras de progressão de regime para a execução de pena. Essas novas regras, com relação a esse indivíduo específico
- (A) serão aplicadas independentemente de serem mais benéficas, tendo em vista que ainda não houve trânsito em julgado.
  - (B) serão aplicadas independentemente de serem mais benéficas, tendo em vista que ainda não houve sentença.
  - (C) não serão aplicadas.
  - (D) apenas serão aplicadas se lhe forem mais benéficas.
  - (E) serão aplicadas independentemente de serem mais benéficas, tendo em vista que ainda não houve início da execução de pena.
- 04.** Determina o art. 12 do CP: “as regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso”. Trata-se de norma que
- (A) prescreve a aplicação do princípio da legalidade.
  - (B) privilegia as regras do CP em detrimento da lei especial.
  - (C) prescreve a aplicação das regras do CP em situação de antinomia.
  - (D) admite a interpretação analógica em situação de anomia.
  - (E) prescreve a aplicação do princípio da especialidade.
- 05.** Teoria do Delito: especificamente com relação ao elemento subjetivo do tipo penal, o CP prevê a possibilidade de
- (A) tentativa e consumação.
  - (B) ação e omissão.
  - (C) dolo e culpa.
  - (D) causa independente e causa relativamente independente.
  - (E) punibilidade e culpabilidade.
- 06.** No que concerne ao crime impossível, nossos tribunais, em matéria sumulada, interpretam que
- (A) o fato de a polícia preparar situação de flagrante, mesmo em hipótese que impeça sua consumação, não caracteriza, obrigatoriamente, crime impossível.
  - (B) sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não tornam impossível a configuração do crime de furto.
  - (C) mesmo a falsificação grosseira, constatável a olho nu, pode configurar os crimes de moeda falsa e estelionato.
  - (D) a maioria da vítima no crime de estupro impede a possibilidade de reconhecimento do estupro de vulnerável.
  - (E) o pagamento de cheque inicialmente emitido sem provisão de fundos, até a prolação da sentença, obsta o reconhecimento de crime patrimonial.
- 07.** A depender do caso concreto, nos termos dos arts. 26 a 28 do CP, admite redução de pena:
- (A) embriaguez.
  - (B) embriaguez culposa.
  - (C) paixão.
  - (D) emoção.
  - (E) embriaguez voluntária.
- 08.** Em matéria de concurso de pessoas, como regra geral, a participação de menor importância
- (A) não tem relevância, uma vez que o CP adota a teoria dualista para esse tema.
  - (B) autoriza que se comuniquem as circunstâncias de caráter pessoal, salvo as elementares.
  - (C) não tem relevância, uma vez que o CP adota a teoria monista para esse tema.
  - (D) possibilita ao Juiz diminuir a pena do acusado.
  - (E) possibilita ao Juiz diminuir a pena do acusado, mas apenas se ele tiver querido participar de crime menos grave.

- 09.** O condenado à pena privativa de liberdade igual ou inferior a quatro anos, por disposição expressa do CP
- (A) deverá se submeter a exame criminológico quando iniciar o cumprimento de pena em regime aberto.
  - (B) poderá iniciar o cumprimento de pena, apenas, em regime semiaberto ou aberto.
  - (C) poderá iniciar o cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto.
  - (D) deverá iniciar o cumprimento de pena em regime aberto.
  - (E) deverá ter sua pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direito, independentemente da natureza do delito.
- 10.** Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, uma causa impeditiva e outra interruptiva da prescrição.
- (A) Durante o cumprimento de pena no exterior; pronúncia.
  - (B) Recebimento da denúncia; decisão confirmatória da pronúncia.
  - (C) Publicação da sentença recorrível; pendência de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.
  - (D) Reincidência; vigência do acordo de não persecução penal.
  - (E) Publicação do acórdão condenatório recorrível; pendência de embargos de declaração.
- 11.** Com relação ao “induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação” é correto afirmar que o crime
- (A) só se configura se a vítima atenta contra a própria vida.
  - (B) é qualificado se da conduta resulta morte.
  - (C) é privilegiado, com efetiva redução de pena, se a vítima não se mutila ou não atenta contra a própria vida.
  - (D) tem pena aumentada se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.
  - (E) só se configura se a vítima atenta contra a própria vida, produzindo em si, ao menos, lesão corporal de natureza grave.
- 12.** Assinale a alternativa que apresenta hipótese em que, de acordo com o CP, o crime de furto pode ter aplicada, somente, a pena de multa: se o criminoso é primário e
- (A) se trata de bem móvel por equiparação, como a energia elétrica, por exemplo.
  - (B) configura-se situação de furto de uso.
  - (C) a coisa é recuperada pela vítima.
  - (D) configura-se situação de furto famélico.
  - (E) é de pequeno valor a coisa furtada.
- 13.** O sistema processual penal acusatório antagoniza o sistema inquisitivo, entre outras razões, por
- (A) determinar a participação do magistrado na discussão do acordo de não persecução penal.
  - (B) possibilitar a decretação da prisão de ofício.
  - (C) adotar a prevalência das regras constitucionais sobre as regras legais.
  - (D) vedar a substituição probatória do órgão de acusação pelo juiz.
  - (E) prever a necessidade de reexame necessário em caso de absolvição.
- 14.** A lei processual penal aplicar-se-á prontamente,
- (A) desde que favoreça o acusado.
  - (B) a menos que o magistrado verifique situação de exclusão de direito de recurso do acusado.
  - (C) sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
  - (D) desde que haja concordância da defesa e do órgão de acusação.
  - (E) desde que ratificados expressamente os atos praticados na vigência da lei anterior.
- 15.** No que concerne à prova em matéria de estado das pessoas, o CPP determina, no parágrafo único do art. 155, que
- (A) serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.
  - (B) são admitidas todas que não são vedadas pela legislação processual em geral.
  - (C) apenas se admitem documentos públicos em sua forma original.
  - (D) não se reproduzem em sede judicial as irrepetíveis.
  - (E) são vedadas as vexatórias ou que atentem contra a moral e ordem pública.

- 16.** Delegado de Polícia recebe informação verbal dando conta da possível ocorrência de crime de ação penal pública incondicionada. Nesse caso, de acordo com o art. 5º, § 3º do CPP,
- (A) deve intimar a vítima para representação, que é condição indispensável para a instauração do inquérito policial.
  - (B) deve verificar a procedência das informações e, havendo confirmação, instaurar inquérito policial.
  - (C) deve aguardar o comparecimento da vítima, a fim de que se colha sua representação.
  - (D) ainda que a informação inicialmente não se confirme, deve ser instaurado inquérito policial, que é o palco para sua cabal apuração.
  - (E) ainda que verificada a procedência das informações não pode ser instaurado inquérito policial, tendo em vista que a informação verbal equivale à informação anônima.
- 17.** Assinale a alternativa que apresenta o ato.
- Ato probatório no inquérito policial que é expressamente vedado caso, para sua realização, haja ofensa à moralidade ou ordem pública.
- (A) Acareação entre acusado e vítima.
  - (B) Acareação entre acusados.
  - (C) Juntada de vídeos ou fotos.
  - (D) Reprodução simulada dos fatos.
  - (E) Apreensão de objetos.
- 18.** Os dados e informações cadastrais de vítimas e suspeitos constantes de órgãos do poder público, bem como de empresas de iniciativa privada, de acordo com o art. 13-A do CPP, podem ser diretamente requisitados pelo Delegado de Polícia no curso de inquérito policial?
- (A) Sim, desde que haja prévia autorização do Ministério Público.
  - (B) Não, tendo em vista a reserva de jurisdição em tal matéria.
  - (C) Sim, mas os órgãos do poder público bem como as empresas de iniciativa privada devem remeter as informações para a autoridade judicial.
  - (D) Sim, para todos os crimes, vedado o acesso aos dados em caso de contravenção.
  - (E) Sim, mas apenas caso digam respeito a determinados crimes.
- 19.** De acordo com o art. 19 do CPP, nos crimes de ação penal privada, finalizado o inquérito policial, os respectivos autos devem
- (A) ser remetidos ao Chefe de Polícia, para conferência e deliberação.
  - (B) ser remetidos ao órgão ministerial, para oferecimento de denúncia.
  - (C) ser remetidos ao juízo competente ou entregues ao requerente, se assim este solicitar, mediante traslado.
  - (D) aguardar, em sede policial, o oferecimento de queixa-crime.
  - (E) ser arquivados caso a autoridade policial conclua pela inexistência do fato.
- 20.** Nos crimes que envolvem violência doméstica e familiar contra mulher, violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência,
- (A) a autoridade policial nomeará curador para a vítima.
  - (B) fica vedada a fixação de fiança pela autoridade policial em caso de flagrante delito.
  - (C) quando da lavratura da portaria, a autoridade policial deverá notificar o órgão ministerial responsável pela tutela do respectivo interesse.
  - (D) terá prioridade, sobre os demais crimes, a realização de exame de corpo de delito.
  - (E) o inquérito correrá sob sigilo.
- 21.** No que concerne à cadeia de custódia, o ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas, de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse, denomina-se:
- (A) armazenamento.
  - (B) transporte.
  - (C) fixação.
  - (D) coleta.
  - (E) preservação.

**22.** Em caso de prisão em flagrante, a autoridade policial pode conceder fiança?

- (A) Sim, mas apenas na hipótese de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 anos.
- (B) Sim, mas apenas quando se tratar de crime de menor potencial ofensivo.
- (C) Não.
- (D) Sim, mas apenas na hipótese de crime sem violência ou grave ameaça.
- (E) Sim, mas apenas quando verificar que o fato foi praticado em legítima defesa, estado de necessidade ou estrito cumprimento do dever legal.

**23.** De acordo com matéria sumulada,

- (A) viola as garantias do juiz natural a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- (B) arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, mesmo diante de novas provas.
- (C) é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo a quaisquer elementos de prova, documentados ou não, em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.
- (D) a proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.
- (E) no processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

**24.** Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte,

- (A) ordenará a manifestação da parte contrária.
- (B) deverá reconhecer que o recurso é deserto.
- (C) decidirá por seu não conhecimento, apontando a falta de adequação.
- (D) determinará que o escrivão certifique a boa-fé do recorrente.
- (E) mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.

## MÓDULO III

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

**25.** A conduta de cobrar ágio superior à taxa oficial de câmbio, sobre quantia permutada por moeda estrangeira

- (A) é atípica.
- (B) configura crime contra a ordem tributária.
- (C) configura crime contra a ordem econômica.
- (D) configura crime contra a economia popular.
- (E) configura crime contra o sistema financeiro nacional.

**26.** São penas principais previstas na LCP:

- (A) detenção, reclusão e multa.
- (B) detenção e reclusão, apenas.
- (C) prisão simples e multa.
- (D) prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária.
- (E) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo e multa.

**27.** A Lei nº 2.889/56, que trata do genocídio, prevê o crime de incitação ao genocídio. Referida lei estabelece como pena para a conduta de incitação ao genocídio, caso este se consuma,

- (A) a mesma pena do crime incitado.
- (B) metade da pena do crime incitado.
- (C) a pena referente ao homicídio, bem como a pena de extradição, caso se trate de estrangeiro.
- (D) a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- (E) a pena referente ao homicídio, bem como a perda da nacionalidade brasileira, caso o grupo vítima seja de brasileiros.

**28.** Constitui falta grave cometida pelo condenado à pena privativa de liberdade, expressamente prevista na LEP:

- (A) deixar de indenizar a vítima, se possível fazê-lo, pelo crime a que condenado.
- (B) faltar com urbanidade e respeito aos demais condenados.
- (C) recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.
- (D) negligenciar a higiene pessoal ou asseio da cela ou alojamento.
- (E) simular moléstia ou doença grave.

- 29.** A Lei nº 9.029/95, que define práticas discriminatórias relativas à gravidez no trabalho, expressamente considera crime:
- (A) discriminação salarial de grávida.
  - (B) exigência de teste relativo à esterilização ou a estado de gravidez.
  - (C) estabelecimento de jornada de trabalho superior a 8h para grávida a partir da 20ª semana de gestação.
  - (D) exposição da grávida a trabalhos braçais excessivos.
  - (E) vedação ao gozo da licença maternidade.
- 30.** A Lei nº 12.984/14, que define crimes de discriminação dos portadores de HIV, expressamente considera crime:
- (A) delimitar espaços próprios em espetáculos.
  - (B) impedir de utilizar transporte público.
  - (C) impedir doação de sangue e tecidos para o portador que não esteja acometido da doença.
  - (D) negar acesso a elevador.
  - (E) recusar ou retardar atendimento de saúde.
- 31.** É crime definido na Lei nº 13.146/15 praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência. A pena é aumentada se
- (A) a conduta é praticada com intuito de lucro.
  - (B) o ocorrido causa intenso sofrimento psicológico à vítima.
  - (C) a conduta é praticada contra descendente, ascendente ou cônjuge.
  - (D) a vítima encontrar-se sob cuidado e responsabilidade do agente.
  - (E) a vítima é menor de 14 anos.
- 32.** No que concerne à escuta especializada e o depoimento especial, prescritos na Lei nº 13.431/17:
- (A) determina-se que o acusado do crime apenas tenha contato visual com a vítima, mas sempre na presença da autoridade policial ou judiciária.
  - (B) a escuta especializada consiste no procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.
  - (C) o depoimento especial consiste no procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.
  - (D) tratam-se de procedimentos facultativos para as vítimas e testemunhas de violência entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos.
  - (E) proíbe-se a gravação de áudio e vídeo, a fim de preservar a privacidade da vítima.
- 33.** A Lei nº 12.830/13, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia prescreve expressamente que
- (A) o indiciamento é ato privativo do Delegado de Polícia, oriundo do livre convencimento desta autoridade e, portanto, prescinde de fundamentação.
  - (B) o Escrivão e o Investigador de Polícia podem desempenhar tarefas privativas de Delegado, desde que prévia e expressamente autorizados por este.
  - (C) ao Delegado deve ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem, entre outros, os Magistrados.
  - (D) a apuração de infrações penais exercida pelo Delegado de Polícia, embora não considerada atividade jurídica, é função essencial e exclusiva de Estado.
  - (E) a remoção do Delegado de Polícia, por ser ato inerente à organização interna da Polícia Judiciária, não demanda justificativa ou fundamentação por parte do superior hierárquico que a determina.
- 34.** O empregador, que não teve participação na ação criminosa, mas é responsável civil pelo empregado que pratica um crime de menor potencial ofensivo que cause prejuízo patrimonial à vítima, nos termos da Lei nº 9.099/95:
- (A) não tem qualquer participação no sistema dos Juizados Especiais Criminais.
  - (B) se possível, deve comparecer à audiência preliminar, a fim de que possa participar da tentativa de composição civil dos danos.
  - (C) não tendo participação na ação criminosa, não tem legitimidade para atuar nos autos que apuram conduta de terceiro.
  - (D) a fim de evitar ser criminalmente processado pode, se assim entender conveniente, aceitar proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.
  - (E) pode aceitar acordo de suspensão condicional do processo, mediante reparação do dano, se assim entender conveniente.

## MÓDULO IV

### DIREITO CONSTITUCIONAL

35. A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal admite ação direta de inconstitucionalidade que vise impugnar norma de caráter secundário.
- (B) O Governador do Estado e a Mesa da Assembleia Legislativa podem propor ação direta de inconstitucionalidade exclusivamente em face das normas que se originam do seu próprio Estado.
- (C) Lei anterior à Constituição pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade, desde que demonstrado que o parâmetro de controle, apesar de diferente, tem o mesmo teor.
- (D) Todos os legitimados a propor a declaração de inconstitucionalidade de lei têm capacidade postulatória para tanto.
- (E) O Estado-membro não tem legitimidade para interpor agravo interno da decisão do relator que em sede de controle normativo abstrato indeferiu a petição inicial proposta pelo Governador do Estado.

36. Considere que José é advogado público e no âmbito do ente em que desenvolve sua atividade profissional foi aprovada a Lei nº 1.234/22, que impõe a necessidade de autorização expressa do Advogado-Geral para manifestação do advogado público sobre assunto pertinente às suas funções. Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) considerando o cargo ocupado por José, a Lei nº 1.234/22 é constitucional, mas é preciso ressaltar a liberdade acadêmica e a possibilidade de comunicar às autoridades competentes sobre ilegalidades.
- (B) a Lei nº 1.234/22 é inconstitucional, na medida em que não respeita os postulados da proporcionalidade e da razoabilidade.
- (C) a Lei nº 1.234/22 apenas não será considerada inconstitucional se dispor expressamente como deverá ser pedida a autorização prévia à manifestação.
- (D) como a Constituição Federal impõe a publicidade como regra e o sigilo como exceção, a Lei nº 1.234/22 afronta diretamente o art. 37 do Texto Constitucional.
- (E) tal lei é flagrantemente inconstitucional, e José pode descumpri-la, uma vez que afronta o seu direito à liberdade de expressão.

37. Considere que Luísa tem 22 anos, é advogada recém-formada e gostaria de ser Ministra da Casa Civil. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) precisa estar filiada a algum partido político para tomar posse no cargo de Ministra da Casa Civil.
- (B) precisa estar no exercício dos direitos políticos e, se ocupar o cargo desejado, deve apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério.
- (C) não preenche todos os requisitos para ocupar o cargo desejado, pois apenas pode ser indicado(a) como Ministra(o) de Estado quem tem mais de 35 anos.
- (D) preenche todos os requisitos constitucionais, mas atualmente é impedida de expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- (E) não preenche os requisitos exigidos, pois não é formada em Administração e não tem 35 anos.

38. Sobre o Estado Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A existência de um Estado Federal é incompatível com a autonomia dos entes federados.
- (B) No âmbito do Estado Federal, admite-se a sua dissolução parcial.
- (C) Todos os entes federados são dotados de soberania.
- (D) O Estado Federal é sempre um Estado descentralizado.
- (E) A ideia de federalismo cooperativo teve origem na Áustria.

39. Considere que no âmbito do Estado X foi editada Lei nº 10.000/2022, que previu em seu artigo primeiro que "Todos os integrantes do quadro efetivo dos Agentes Penitenciários do Estado X têm porte de arma, ainda que fora do serviço". Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que tal previsão é

- (A) inconstitucional, por violar exclusivamente a competência privativa da União para legislar sobre sistema penitenciário.
- (B) inconstitucional, pois está em desacordo com o disposto no Estatuto do Desarmamento.
- (C) inconstitucional, pois viola a competência privativa da União para legislar sobre direito penal e material bélico.
- (D) compatível com a Constituição apenas do ponto de vista formal.
- (E) constitucional, uma vez que o Supremo Tribunal Federal declarou que o sistema penitenciário brasileiro está sob estado de coisas inconstitucional, devendo ser adotadas medidas para mudar o quadro atual da segurança pública.



40. A respeito das Emendas à Constituição, é correto afirmar que
- (A) não podem ser objeto de ações direta de inconstitucionalidade.
  - (B) não podem dispor sobre direitos fundamentais.
  - (C) decorrem do exercício do poder constituinte derivado decorrente.
  - (D) serão promulgadas pelo Presidente da República.
  - (E) não podem dispor sobre as regras constitucionais que regulam o processo de modificação da Constituição.
41. A respeito dos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta.
- (A) Todos os direitos fundamentais estão alocados no rol do art. 5º da Constituição Federal ou em Tratados sobre direitos humanos aprovados seguindo o procedimento de emenda constitucional.
  - (B) A Constituição Federal previu expressamente que os animais são titulares de direitos fundamentais de primeira geração.
  - (C) Não dá qualquer distinção entre direitos fundamentais em sentido formal e direitos fundamentais em sentido material.
  - (D) A dimensão objetiva dos direitos fundamentais está ligada ao reconhecimento de que tais direitos implicam deveres de proteção do Estado.
  - (E) Atualmente a doutrina majoritária constitucionalista rechaça a ideia de que os direitos fundamentais apresentam uma dimensão subjetiva.
42. A respeito das técnicas de decisão em sede de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) A decisão que declara que a norma está em trânsito para inconstitucionalidade se assemelha com a técnica da sinalização aplicada no direito estadunidense.
  - (B) Em face da existência do princípio da congruência da sentença com o pedido, atualmente não mais se admite a inconstitucionalidade por arrastamento, devendo o relator intimar previamente a parte para aditar a petição inicial e realizar a indicação correta dos dispositivos impugnados.
  - (C) A lei inconstitucional é anulável e, por isso, admite-se a modulação de efeitos da decisão que declara a inconstitucionalidade da lei.
  - (D) A norma que estabeleceu o prazo em dobro para recurso da Defensoria Pública teve pronunciada sua inconstitucionalidade sem declaração de nulidade, pois considerou a situação vulnerável dos jurisdicionados.
  - (E) A interpretação conforme à Constituição e a declaração parcial de nulidade sem redução de texto são técnicas de decisão que se confundem.
43. Considere que no âmbito do Estado X foi aprovada a Lei nº 15.000/22 que atribuiu ao corpo de bombeiros militar a competência para a coordenação e execução de perícias de incêndios em locais de sinistros. Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) como a investigação criminal é de atribuição exclusiva dos órgãos de polícia judiciária, tal lei é materialmente inconstitucional.
  - (B) tal lei é constitucional, pois dispõe, ainda que indiretamente, da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis, matéria que está na competência concorrente da União e dos Estados.
  - (C) a Lei nº 15.000/22 é constitucional, uma vez que trata de procedimento em matéria processual, matéria que está no âmbito da competência concorrente da União e dos Estados, e porque não disciplinou que a competência é exclusiva do corpo de bombeiros.
  - (D) a Lei nº 15.000/22 é inconstitucional, pois somente a Polícia Civil tem competência para realizar a atividade de perícia que possa estar relacionada com a prática de crimes.
  - (E) como a lei trata de direito penal, ela deve ser considerada como inconstitucional, já que tal matéria é da competência privativa da União.
44. Nos termos da Constituição Federal, aprovar o estado de defesa e a intervenção federal é da competência
- (A) do Senado Federal e do Congresso Nacional, respectivamente.
  - (B) privativa do Congresso Nacional e do Presidente da República, respectivamente.
  - (C) exclusiva da Câmara dos Deputados, por 3/5 dos seus membros, e do Conselho da República, respectivamente.
  - (D) privativa do Senado Federal, para ambas.
  - (E) exclusiva do Congresso Nacional, para ambas.

## MÓDULO V

### DIREITOS HUMANOS

45. Assinale a alternativa que corretamente contempla um dos integrantes do Conselho de Defesa Nacional e uma das suas competências Constitucionais.
- (A) Presidente da Câmara dos Deputados e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
  - (B) Ministro do Planejamento e estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.
  - (C) Líderes da maioria e da minoria no Senado Federal e propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso.
  - (D) Líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz.
  - (E) Ministro das Relações Exteriores e as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
46. A respeito da Intervenção federal, assinale a alternativa correta.
- (A) A intervenção pode ser espontânea ou provocada e materializa-se por meio da edição de uma medida provisória.
  - (B) O ato de intervenção é privativo do Presidente da República, mas está sujeito ao controle político exercido pelo Poder Legislativo e ao controle jurisdicional, a depender do caso concreto.
  - (C) Pode-se afirmar que a intervenção é um ato de natureza exclusivamente política.
  - (D) No âmbito da intervenção nos municípios, o interventor deverá ser uma autoridade federal e atuará em substituição ao Prefeito, mas com ajuda direta do Presidente da Câmara Municipal, conforme previsto no texto constitucional.
  - (E) O instituto da Intervenção federal tem papel essencial no âmbito de uma Federação, sendo considerado como um dos seus elementos caracterizadores.

47. São características dos Direitos Humanos, dentre outras:
- (A) inalienabilidade, irrenunciabilidade e concorrência.
  - (B) indisponibilidade, divisibilidade e imprescritibilidade.
  - (C) interdependência, não concorrência e universalidade.
  - (D) relatividade, não concorrência e disponibilidade.
  - (E) ilimitabilidade, indivisibilidade e universalidade.
48. Os documentos históricos da Constituição de Weimar (Alemanha) e Tratado de Versalhes marcam
- (A) a terceira geração de Direitos Humanos.
  - (B) o fundamento e concretização dos Direitos Humanos, passando da fase filosófica para técnico-jurídica.
  - (C) a primeira geração dos Direitos Humanos.
  - (D) a positivação dos Direitos Humanos, uma vez que antes desses instrumentos legais os direitos humanos eram apenas expectativas.
  - (E) a segunda geração dos Direitos Humanos.
49. Os tratados de Direitos Humanos aprovados por cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos de votos de seus membros, integram o ordenamento jurídico com status de
- (A) Emenda Constitucional.
  - (B) Lei ordinária.
  - (C) Norma suplegal, mas hierarquicamente inferior à Constituição Federal.
  - (D) Decreto legislativo.
  - (E) Norma Constitucional.

50. A respeito dos sistemas de promoção e proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.
- (A) O sistema global de promoção e proteção dos direitos humanos edita normas de caráter geral, de proteção de todos os indivíduos, genericamente. Normas de caráter específico, direcionadas à proteção de grupos específicos, cabem aos sistemas regionais.
  - (B) As recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, elaboradas a partir da investigação de denúncias de violações, tem caráter vinculante.
  - (C) A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem jurisdição ilimitada e pode determinar, caso acate a violação de direitos humanos, além de indenizações por danos morais e materiais à vítima, coerção punitiva ao Estado violador.
  - (D) O sistema global de promoção e proteção dos direitos humanos possui dois tipos de procedimentos, o convencional e o não convencional. O não convencional é o acionado em caso de violação de direitos humanos por país não signatário de tratados internacionais.
  - (E) O sistema global de promoção e proteção dos direitos humanos possui primazia sobre os sistemas regionais e, em eventual conflito, as normas globais prevalecem sobre as regionais.
51. Na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem é
- (A) assegurado os direitos morais e patrimoniais de invenção, obras literárias, científicas ou artísticas.
  - (B) assegurado o direito de toda pessoa à educação, sendo garantido a instrução gratuita do ensino primário e secundário.
  - (C) estabelecido o dever de educação e assistência dos pais para os com os filhos menores e, ainda que maiores, se presentes qualquer causa que impossibilite a própria subsistência.
  - (D) estabelecido o direito ao sufrágio e de participação no governo, bem como, a faculdade de votar.
  - (E) vedada a prisão por dívida, com exceção da decorrente de inadimplência de prestação alimentícia e do depositário infiel.
52. Considerando o Código de Conduta para os Funcionários responsáveis pela aplicação da Lei, adotado pela ONU, através da Resolução nº 34/169, assinale a alternativa correta.
- (A) Proíbe o uso de algemas na abordagem policial, excetuadas situações para preservação da ordem pública e segurança própria e de terceiros, além da do próprio detido.
  - (B) Proíbe o uso de arma de fogo na abordagem policial, excetuadas situações para assegurar a legítima defesa própria ou de terceiros.
  - (C) Impõe o dever de adoção de medidas imediatas para assegurar cuidados médicos a pessoas que estão sob a guarda.
  - (D) Impõe o dever de assegurar as pessoas que estão sob a guarda o direito de professarem a fé, desde que não impliquem risco à ordem pública e à segurança.
  - (E) Proíbe a exposição midiática na abordagem policial, sobretudo de pessoa detida, para preservação da intimidade e imagem da pessoa sob a guarda do funcionário.
53. Tendo em conta as Regras de Bangkok, assinale a alternativa correta.
- (A) Prevê a obrigatoriedade da detenta mulher permanecer em estabelecimento prisional próximo à família, se tiver filhos menores.
  - (B) Prevê a possibilidade de suspensão da detenção por tempo razoável, a fim de que a detenta responsável pela guarda de crianças possa organizar-se com relação a ela.
  - (C) É o instrumento internacional regulatório das condições e tratamento das detentas mulheres e substitui, por ser específico, o instrumento internacional de regras mínimas de tratamento aos reclusos.
  - (D) Prevê que o atendimento médico à detenta deverá ser prestado obrigatoriamente por médica mulher.
  - (E) Proíbe a revista íntima invasiva, que deve ser substituída por escâneres, sendo certo que a revista pessoal dar-se-á, preferencialmente, por profissional mulher.

- 54.** A Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura
- (A) define como tratamento desumano ou degradante a aplicação de métodos que tendem a diminuir a capacidade física ou mental da vítima, desde que cause dor física e angústia psíquica.
  - (B) prevê expressamente aos Estados-membros a obrigatoriedade de tipificarem o delito de tortura como crime hediondo, sem possibilidade de anistia, graça ou indulto.
  - (C) define como atos de torturas apenas sofrimentos físicos infligidos intencionalmente contra uma pessoa, com o fim específico de buscar confissão ou declarações em investigação criminal.
  - (D) prevê expressamente aos Estados-membros a obrigatoriedade de incluir na formação dos profissionais responsáveis pela segurança pública curso de prevenção e combate à prática de tortura.
  - (E) prevê expressamente que não estão compreendidos no conceito de tortura as penas ou sofrimentos físicos ou mentais que sejam unicamente consequências de medidas legais ou inerentes a elas, contanto que não incluam a realização dos atos ou a aplicação dos métodos definidos como tal.
- 55.** A Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às vítimas da criminalidade e de abuso de poder
- (A) restringe a condição de vítima às pessoas que, individualmente ou coletivamente, sofreram graves ataques a direitos fundamentais.
  - (B) estende a condição de vítima à família próxima ou a pessoas a cargo da vítima bem como às pessoas que eventualmente sofram prejuízo ao intervirem em prol da vítima.
  - (C) restringe a condição de vítima a pessoa que, individualmente, sofreu graves ataques a direitos fundamentais que impliquem sofrimento físico.
  - (D) exclui do âmbito de proteção ataques e agressões praticados em âmbito doméstico, entre pessoas com relação de parentesco, que contam com instrumento internacional próprio.
  - (E) fixa a obrigatoriedade ao Estado de reparar as vítimas pelos danos sofridos decorrentes de graves violações a direitos fundamentais, sempre que não for possível a reparação pelo autor do fato.
- 56.** Para efeitos da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, assinale a alternativa correta.
- (A) O racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial.
  - (B) A intolerância é definida com um ato ou conjunto de atos, manifestada exclusivamente através de violência, em rejeição ou desprezo à dignidade, característica, convicções ou opiniões de pessoas por serem diferentes ou contrárias.
  - (C) A discriminação racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, praticada com o propósito específico de anular ou restringir o gozo ou exercício de um ou mais direitos humanos consagrados nos instrumentos legislativos dos Estados-Partes, podendo se basear, de forma taxativa e enumerativa, em raça, cor, origem nacional e étnica.
  - (D) As medidas de ação afirmativa são de competência exclusiva dos agentes públicos e têm por finalidade assegurar o gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais de grupos que requeiram essa proteção, não podendo caracterizar discriminação racial.
  - (E) A discriminação racial indireta é modalidade praticada exclusivamente em âmbito público, por agentes públicos, mediante a adoção de critério aparentemente neutro que tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico.

57. A respeito da Lei nº 14.187/2010, que dispõe sobre as penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de discriminação racial, assinale a alternativa correta.

- (A) Prevê que a prática de ato discriminatório será apurada em processo administrativo, iniciado por reclamação do ofendido ou por relato de pessoa que tenha ciência do ato perante a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, vedada a instauração, de ofício.
- (B) Estabelece as penalidades de suspensão, demissão e demissão a bem do serviço público a agentes públicos que praticarem atos discriminatórios, a depender do ato.
- (C) Obriga pessoas jurídicas que exerçam atividades sujeitas a autorização ou fiscalização de órgão público estadual a afixar avisos, em pontos de ampla visibilidade, a fim de se assegurar o conhecimento da lei, sob pena de multa e suspensão da licença estadual, pelo prazo de até 90 dias.
- (D) Possibilita que a reclamação do ofendido ou o relato de ato discriminatório por qualquer pessoa seja feito de forma eletrônica.
- (E) É aplicável apenas a agentes que exerçam função pública ou a pessoas jurídicas que exerçam atividades sujeitas a autorização ou fiscalização de órgão público estadual.

58. Considerando o Protocolo de Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças (Decreto 5.071/2004), assinale a alternativa correta.

- (A) Há expressa previsão da irrelevância de consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas, pela presunção absoluta de vulnerabilidade, mesmo que não obtido por meio de ameaça e uso da força.
- (B) Há expressa previsão de sua aplicabilidade para a prevenção e o combate às infrações nele previstas, independentemente do caráter transnacional ou do envolvimento de grupos criminosos organizados.
- (C) Há expressa determinação de que os Estados-Partes tipifiquem penalmente o tráfico de pessoas, com expressa menção à modalidade tentada.
- (D) O termo criança é definido como qualquer pessoa com idade inferior a 12 anos.
- (E) O recrutamento de pessoas, adultas ou crianças, para fins de exploração, é considerado tráfico de pessoas, desde que haja o emprego de ameaça, uso da força, ou qualquer outra forma de coação ou engano.

59. Considere que a Administração Pública identificou que um grupo de pessoas esbulhou um terreno de sua propriedade, para, com fins comerciais, realizar a venda de terrenos de forma irregular. Após identificar a prática do ilícito e logo após a invasão, João, a autoridade pública local responsável pela gestão do patrimônio imobiliário, dirigiu-se até a Delegacia de Polícia, buscando apoio policial para a adoção das providências adequadas. Na ocasião, conversou com o Delegado sobre o regime de proteção dos bens públicos e os limites das medidas que poderiam ser adotados pelo Estado na proteção do seu patrimônio. O Delegado poderá afirmar a João, de forma correta, que

- (A) é preciso que a Administração adote as medidas necessárias para a reintegração da posse, pois, caso preenchidos os pressupostos legais, os compradores dos lotes poderão adquirir a sua propriedade mediante a usucapião extraordinária.
- (B) caso preenchidos os requisitos previstos no Código Civil, o Superior Tribunal de Justiça tem admitido a realização do desforço imediato e permitido o uso de força policial para a execução da medida pela Administração.
- (C) caso os imóveis venham a ser comercializados e seja realizada a venda dos bens para pessoas que venham a fixar as suas residências, a Administração deverá indenizá-las pelas benfeitorias necessárias que venham a, eventualmente, realizar.
- (D) na hipótese de a Administração reaver a posse do bem, os compradores das unidades imobiliárias poderão utilizar ações possessórias para a reintegração da posse, caso demonstrem terem as adquirido de boa-fé.
- (E) o desforço imediato não pode ser utilizado pela Administração e, conseqüentemente, as forças policiais não podem ser utilizadas na execução de medida dessa natureza, pois os bens públicos possuem um regime jurídico próprio e a eles não se aplicam as disposições do Código Civil.

60. A respeito do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, assinale a alternativa correta.
- (A) O princípio autoriza a violação a direitos constitucionais fundamentais, sempre que a adoção da medida atender melhor, segundo o juízo do agente público, ao interesse coletivo.
  - (B) Está expressamente previsto na Constituição Federal e autoriza que o gestor público atue sem prévia autorização legal, quando a medida atender de forma mais adequada aos interesses do Estado.
  - (C) É considerado, por parte da doutrina dominante, como base central do regime jurídico-administrativo, não havendo obras que atestem ter havido uma remodelação de seu conteúdo com a constitucionalização do Direito Administrativo.
  - (D) A sua aplicação não admite a ponderação com outros princípios constitucionais, por se tratar da base do regime jurídico-administrativo.
  - (E) A decisão administrativa tomada com base no princípio deve levar em consideração as suas consequências práticas e a sua motivação comprovar a observância do princípio da proporcionalidade.
61. A respeito da probidade administrativa, com base na Lei nº 8.429/92 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) a obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização.
  - (B) por ter o legislador estendido os princípios do direito administrativo sancionador às ações de improbidade administrativa, as regras de prescrição intercorrente, previstas na Lei nº 14.230/21, se aplicam aos processos em curso, quando benéficas aos réus.
  - (C) a nova Lei nº 14.230/2021 não se aplica aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior com processo ainda não transitado em julgado.
  - (D) celebrado o acordo de colaboração premiada, a documentação pertinente será remetida ao juiz, que presumirá a ausência de voluntariedade da manifestação de vontade nos casos em que o colaborador está sob os efeitos de medidas cautelares.
  - (E) a celebração de acordo de colaboração premiada somente pode ser considerada válida a partir de modificações na Lei nº 8.429/92, que autorizaram expressamente transações em ações dessa natureza.
62. Considere que Mário é policial civil e, segundo seus colegas, tem adotado desculpas para não participar de diligências externas, necessárias ao cumprimento de suas obrigações. Na última semana, o delegado responsável pela unidade constatou que o policial teria simulado uma doença para se esquivar do cumprimento de suas obrigações. Com base na Lei Complementar nº 207/1979, é correto afirmar que
- (A) caso a conduta tenha sido praticada de forma dolosa ou culposa, Mário estará sujeito a pena de suspensão, que deverá ser aplicada pelo Secretário de Segurança Pública.
  - (B) Mário estará sujeito a pena de demissão a bem do serviço público, que deverá ser aplicada pelo Secretário de Segurança Pública.
  - (C) a punibilidade de Mário será extinta pela prescrição, no prazo de cinco anos, a contar da data em que a Administração tomou conhecimento de sua prática.
  - (D) por se tratar de policial civil, Mário está sujeito à pena de remoção compulsória, que poderá ser de forma cumulada com a pena de repreensão, multa ou suspensão.
  - (E) caso Mário seja infrator primário, a pena a ser aplicada pode ser de advertência, que deverá ser escrita e contará pontos negativos na avaliação de desempenho.
63. Considere que três veículos automotores, vinculados a uma delegacia de polícia e que são utilizados como viaturas, precisam passar pelo serviço de manutenção. Por determinação da Secretaria de Segurança do Estado X, as contratações de serviços dessa natureza serão concentradas na própria Delegacia. Após a obtenção de alguns orçamentos, observou-se que o serviço teria um custo estimado em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que
- (A) a contratação não poderá ser feita por dispensa de licitação, pois precisaria envolver valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
  - (B) a legislação autoriza a dispensa de licitação para essa hipótese, mas prescreve que o contratado e o agente público estarão sujeitos à responsabilidade solidária por dano ao erário, caso a contratação seja considerada indevida por dolo, fraude ou erro grosseiro.
  - (C) o serviço de manutenção de equipamentos vinculados a segurança pública conta com hipótese específica de dispensa de licitação, devendo o processo de contratação prever, dentre outros requisitos, a justificativa da contratação da empresa.
  - (D) o serviço deverá ser contratado por pregão eletrônico, que terá como pregoeiro um servidor público estável.
  - (E) por se tratar de contratação de pequeno valor, o processo de contratação direta não precisa contar com parecer jurídico.

64. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a respeito da responsabilidade civil extracontratual do Estado em função de danos causados por pessoa condenada criminalmente foragida do sistema prisional, é correto afirmar que
- (A) o Estado responde por danos materiais e morais, ante a ocorrência de roubo seguido de morte, quando o agente criminoso vinha cumprindo pena em regime fechado, tendo empreendido fuga, independentemente do momento da prática do ilícito.
  - (B) a Corte entende ser subjetiva a responsabilidade civil decorrente de omissão, seja das pessoas jurídicas de direito público ou das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público.
  - (C) o intervalo entre fato administrativo e o fato típico (morte de um indivíduo) e o surgimento de causas supervenientes independentes (v.g., formação de quadrilha) não contribui para a supressão da relação de causa (evasão do apenado do sistema penal) e efeito (fato criminoso).
  - (D) a responsabilidade civil extracontratual do Estado, nessa hipótese, é integral, não admitindo a aplicação de causas excludentes do nexo de causalidade.
  - (E) a fuga de presidiário e o cometimento de crime, sem qualquer relação lógica com sua evasão, extirpa o elemento normativo, segundo o qual a responsabilidade civil só se estabelece em relação aos efeitos diretos e imediatos causados pela conduta do agente.
65. A respeito do exercício da atividade administrativa, com base nas alterações promovidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que
- (A) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões em caso de dolo ou culpa grave.
  - (B) a edição de atos normativos deve ser precedida de consulta pública.
  - (C) as súmulas administrativas têm caráter vinculante em relação aos órgãos a que se destinam, até ulterior revisão.
  - (D) a norma reafirma a centralidade que a supremacia do interesse público exerce no regime jurídico-administrativo brasileiro.
  - (E) a mudança de orientação jurídica com relação à licitude de determinado contrato produzirá efeitos imediatos e retroativos, quando comprovado que foi realizada para atender o princípio da moralidade administrativa.
66. Considere que João trabalha em uma delegacia e, em situação de urgência, determinou que fossem adquiridos colchões para presos que estavam lá custodiados. A contratação foi celebrada de forma verbal e não foi precedida de processo de licitação ou de contratação direta. Não há elementos para atestar que o contratado estava de boa-fé, e ficou comprovado que parte da execução do contrato foi subcontratada a terceiro, sem que tenha havido a concordância da Administração. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que
- (A) a inexistência de autorização da Administração para subcontratação não é suficiente para afastar o dever de indenizar, no caso, porque a própria contratação foi irregular, haja vista que não houve licitação e o contrato foi verbal.
  - (B) a nulidade do contrato implica no reconhecimento da desapropriação indireta dos bens e no dever de a Administração indenizar o contratado, mediante o sistema de precatórios.
  - (C) a presença da boa-fé do contratado não retira o dever de a Administração indenizar o contratado pela compra dos colchões pelo seu custo básico, acrescido da margem de lucro praticada no mercado.
  - (D) a nulidade do contrato impede que a Administração realize o pagamento pelos bens fornecidos.
  - (E) o dever de indenizar o contratado somente não estará presente caso reconhecida a sua má-fé ou comprovado que tenha concorrido para a prática do ilícito.

67. Com base na Lei nº 14.129/2021, que trata dos princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Os órgãos públicos poderão realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico, sendo dispensada a concordância do usuário.
- (B) Caso opte por receber comunicações eletrônicas, o administrado somente poderá optar pelo fim de seu uso por meio de pedido devidamente fundamentado.
- (C) As regras definidas na Lei serão aplicáveis aos Estados e Municípios caso estes adotem os seus comandos por meio de atos normativos próprios.
- (D) Presumem-se autênticos, independentemente de assinatura eletrônica, os documentos apresentados por usuários dos serviços ofertados por meios digitais.
- (E) Para os efeitos da Lei, consideram-se dados abertos a base de dados que contém as informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos de todos os prestadores desses serviços.

68. As informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação em andamento, relacionada com a prevenção ou repressão de infrações, segundo a Lei nº 12.527/2011:

- (A) terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo de 100 (cem) anos, a contar da data do início da atividade de inteligência ou de investigação.
- (B) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até a conclusão da atividade de inteligência ou de investigação.
- (C) serão classificadas como reservadas e somente serão divulgadas a terceiros após o transcurso do prazo previsto no ato de classificação.
- (D) podem ser classificadas como ultrassecreta, com prazo de restrição a essas informações pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.
- (E) somente poderão ser consideradas imprescindíveis à segurança do Estado ou da sociedade se estiverem relacionadas à repressão ou prevenção de infrações penais.

## MÓDULO VII

### MEDICINA LEGAL

69. Qual é a contribuição mais importante e independente para a energia de projéteis de arma de fogo?

- (A) Massa.
- (B) Constituição física.
- (C) Velocidade.
- (D) Calibre.
- (E) Tamanho.

70. Considerando a seguinte afirmação “existe a formação de gastromalácia, pneumatose intestinal, perda da diferenciação da substância cinzenta/branca cerebral com apagamento giral, além de diminuição do tamanho total do cérebro”, assinale a alternativa correta que se refere a esse conjunto de achados.

- (A) decomposição tardia.
- (B) decomposição avançada.
- (C) *livor mortis* visceral.
- (D) decomposição moderada.
- (E) decomposição precoce.

71. Homem de 25 anos de idade entra em um bueiro, desmaia e morre em poucos instantes. Os socorristas relatam um forte odor de “ovo podre”. A autópsia mostra cianose e edema pulmonar.

Considerando o contexto apresentado, assinale a alternativa que indica corretamente o produto químico presente no bueiro, que provavelmente ocasionou a morte mencionada.

- (A) Cianeto.
- (B) Monóxido de carbono.
- (C) Sulfeto de hidrogênio.
- (D) Amônia.
- (E) Cloro.



72. Ana é proprietária de uma galeria de arte que expõe à venda quadros e esculturas de alto valor. Um dia, durante uma exposição, um homem chamado Carlos ultrapassa a faixa de segurança para tentar tirar uma selfie com uma das obras, esbarra acidentalmente em uma das esculturas e acaba perfurando um quadro. Ana, ao perceber o prejuízo, tenta abordar Carlos para discutir o incidente, mas ele se escusa da responsabilidade sobre o ocorrido e se recusa a pagar os danos materiais causados. Ana envia uma notificação extrajudicial solicitando o pagamento, mas não obtém resposta. Decide então propor ação de reparação pelos danos causados. Carlos é citado, apresenta defesa e, por fim, a ação é julgada procedente. Diante da situação hipotética, tendo decorrido o trânsito em julgado da decisão judicial que o condenou, é correto afirmar que Carlos é considerado em mora desde a

- (A) citação.
- (B) prática do ato.
- (C) notificação extrajudicial enviada.
- (D) sentença de procedência.
- (E) propositura da ação.

73. Bruno e Camila eram casados e não tinham filhos. Dois anos depois do casamento, Bruno sofreu um grave acidente de carro e veio a falecer. Considere as situações apresentadas nas alternativas e assinale aquela que indica corretamente a parte da herança cabível à Camila.

- (A) metade, se Bruno tiver apenas a mãe viva.
- (B) total, se Bruno não tiver ascendentes ou colaterais até o terceiro grau.
- (C) um terço se Bruno tiver pai, mãe e um irmão vivos.
- (D) um terço se Bruno não tiver pai e mãe vivos, mas tiver uma avó e um avô vivos.
- (E) metade, se Bruno tiver pai e mãe vivos.

74. Acerca do disposto na Lei de Alienação Parental – Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz obrigatoriamente determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.
- (B) O ato de alienação parental, para que seja constatado, deverá estar previsto expressamente na lei.
- (C) O acompanhamento psicológico ou o biopsicossocial deve ser submetido a avaliações periódicas, com a emissão, pelo menos, de um laudo a cada seis meses.
- (D) A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.
- (E) Caracterizados atos típicos de alienação parental, o juiz poderá, a depender da gravidade do caso, declarar a suspensão da autoridade parental.

75. Criminologia é uma ciência que se ocupa do estudo do crime, dentre outros temas relevantes. Diante da premissa exposta, é correto afirmar que a Criminologia

- (A) é a escolha, pelas autoridades públicas, de estratégias jurídicas de controle social, para a proteção de um bem jurídico, a fim de manter as incidências criminais em níveis aceitáveis.
- (B) aplica os conhecimentos da Medicina para o esclarecimento de fatos de interesse da Justiça.
- (C) é uma ciência interdisciplinar, indutiva e empírica.
- (D) é uma ciência dogmática, enquanto o Direito Penal é uma ciência zetética.
- (E) dedica-se a elucidar crimes, por meio de busca de vestígios.

76. Trata-se de um estado psicológico em que as vítimas assumem postura de desobediência e de enfrentamento a intimidações de seus agressores, por quem sentem desprezo e repulsa. Por vezes, como consequência da rebeldia, as vítimas acabam por serem feridas ou assassinadas, como forma de demonstração de força por parte dos agressores.

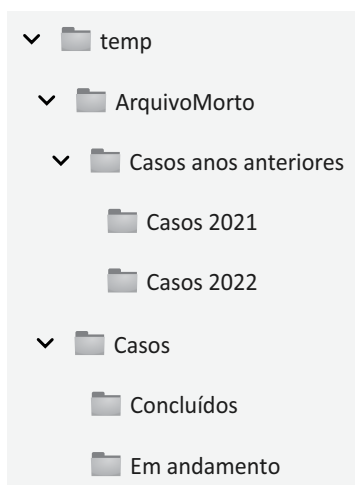
Assinale a alternativa que corresponde corretamente ao enunciado acima exposto.

- (A) Transtorno de Jerusalém.
- (B) Síndrome da Mulher de Potifar.
- (C) Síndrome de Londres.
- (D) Síndrome de Lima.
- (E) Síndrome de Estocolmo.

77. Em um Estado Democrático de Direito, as políticas públicas de educação, habitação e saúde devem ser amplamente implantadas em detrimento de medidas penais de encarceramento, com o objetivo de impedir a prática de delitos, bem como sua reincidência. A Prevenção Criminal

- (A) Primária é voltada para as causas da prática do delito.
- (B) Direta atua nas causas que resultam na delinquência.
- (C) Indireta atua no crime que está prestes a ocorrer.
- (D) Terciária é voltada às oportunidades para o cometimento de um crime.
- (E) Secundária é voltada para o condenado, o preso e o egresso.

- 78.** Usando o sistema operacional Microsoft Windows 10, em sua configuração original, um delegado de polícia precisa encontrar um arquivo chamado “casos”. Ele sabe que o arquivo está dentro da estrutura de pastas apresentada a seguir, mas não sabe em qual pasta exata o arquivo está gravado.



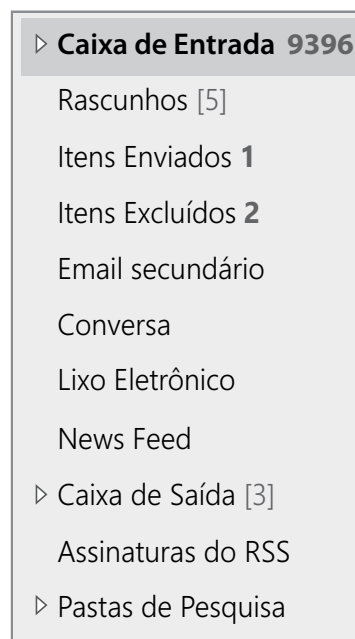
Para localizar esse arquivo em todas as pastas da imagem anterior, de uma só vez, é preciso digitar “casos” na caixa de pesquisa do Explorador de Arquivos, também em sua configuração original, após selecionar a pasta

- (A) Casos anos anteriores.
- (B) ArquivoMorto.
- (C) Casos.
- (D) Concluídos.
- (E) temp.

- 79.** No Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão, assinale a alternativa que indica quais páginas serão impressas de um documento de 10 páginas, quando o usuário preenche o conteúdo 1-10 na caixa Páginas, da janela Imprimir.

- (A) 1 a 9, apenas.
- (B) 1 a 10.
- (C) 1 e 10, apenas.
- (D) 1, apenas.
- (E) 10, apenas.

- 80.** Tem-se a seguinte imagem, do Microsoft Outlook 2016, em sua configuração original, a partir de um computador de um Delegado de Polícia.



Sem que esse delegado tenha feito nenhuma movimentação de mensagens entre pastas, assinale a alternativa que indica quantas mensagens o delegado preparou, clicou em Enviar, mas ainda não foram transmitidas para os destinatários.

- (A) 5
- (B) 8
- (C) 1
- (D) Nenhuma, todas as mensagens preparadas foram transmitidas para os destinatários.
- (E) 3



